

A TRANSFORMAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

**The transformation of the representation of the amazon space during the first half of the 20th century**

*Carlos Eugenio Renha*

## **A TRANSFORMAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

Carlos Eugenio Renha<sup>10</sup>

### **RESUMO**

Ao analisarmos as políticas federais voltadas para a Amazônia brasileira durante a primeira metade do século XX, podemos notar que o discurso político produzido a seu respeito, pelo centro do poder nacional, dá uma guinada de 180 graus quando ocorre a mudança da ideologia dominante através da Revolução de 30. Passa-se então de uma atitude segregadora, que deslegitima os anseios amazônicos para a tentativa de construção de um país integrado, através de um discurso que exalta as qualidades dos espaços vazios do interior. A Primeira República e a Era Vargas enxergam e pensam a Amazônia de forma muito distinta e a análise de como a Amazônia é compreendida nesses dois períodos faz com que sejam percebidas rupturas significativas, mas também continuidades na forma como o país atuou sobre a região desde o começo do século XX até a década de 1950. A relação do poder político brasileiro com a Amazônia passa de uma interpretação inteiramente negativa da região, consolidada durante o período de descentralização política da Primeira República, para uma representação reimaginada e reconfigurada a partir da Era Vargas, mas que continua além dela, o que leva até o espaço amazônico uma inédita política de valorização regional, implementada no início da década de 1950.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia, representação, desenvolvimento regional

### **The transformation of the representation of the amazon space during the first half of the 20th century**

### **ABSTRACT**

When we analyze the federal policies aimed at the Brazilian Amazon during the first half of the 20th century, we can see that the political discourse produced about it by the center of national power takes a 180-degree turn when the dominant ideology changes through the 1930 Revolution. We then move from a segregating attitude, which delegitimizes Amazonian aspirations, to an attempt to build an integrated country, through a discourse that exalts the quali-

<sup>10</sup>Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (2022). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (2017). Possui Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005) e Licenciatura pela Universidade Gama Filho (2010). Atua principalmente em temas voltados à História do Brasil Republicano, no campo da História Política, analisando os discursos, o imaginário e as práticas políticas brasileiras a respeito da região amazônica e da sua importância para o país durante o século XX. Também atua como pesquisador do Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas

ties of the empty spaces in the interior. The First Republic and the Vargas Era see and think about the Amazon in very different ways and an analysis of how the Amazon is understood in these two periods reveals significant ruptures, but also continuities in the way the country acted in the region from the beginning of the 20th century until the 1950s. The relationship between Brazilian political power and the Amazon went from an entirely negative interpretation of the region, consolidated during the period of political decentralization in the First Republic, to a reimagined and reconfigured representation from the Vargas era onwards., but which continues beyond it, bringing an unprecedented policy of regional valorization to the Amazon region, implemented in the early 1950s.

**KEYWORDS:** Amazonia, representation, regional development

## **A Amazônia e a Primeira República**

Durante a Primeira República estabeleceu-se uma representação altamente negativa do espaço amazônico, imaginado como local onde uma natureza dura, áspera, difícil e incontrolável esmagava o elemento humano, frágil e disperso, derrotando-o em todas as suas tentativas de criar uma sociedade funcional em meio à floresta. A descentralização política do período e a ampla autonomia econômica dada aos estados pela Constituição de 1891 colaborava para que as necessidades amazônicas não fossem encaradas como necessidades brasileiras. Entretanto, enquanto o comércio da borracha impulsionava a economia da região de forma espetacular, principalmente entre a última década do século XIX e a primeira do século XX, as elites políticas amazônicas não sentiram falta do governo federal. Na realidade, a descentralização política era há muito desejada por essas elites que se consideravam menosprezadas e abandonadas pelo Brasil Império. Assim, criticavam a excessiva centralização que, em sua visão, desrespeitava as vontades das assembleias provinciais e transformava os habitantes do extremo norte em párias da sociedade brasileira, ou seja, semisselvagens sem importância. (MARAJO, 1883: 72-73). Mas tudo mudou a partir do momento em que a borracha das colônias inglesas da Ásia passou a competir seriamente no mercado internacional, ameaçando a borracha brasileira. Quando o dinheiro foi acabando, os amazônidas descobriram da pior maneira que a descentralização não era uma boa coisa para quem precisava de ajuda, mas era um ator praticamente inexistente no jogo político nacional.

A representação social<sup>11</sup> dominante sobre a Amazônia brasileira centrava-se na luta incessante contra a natureza, entendida como inimiga da civilização, sua antítese, que legava então ao território amazônico a condição de espaço por excelência da incivilidade e da barbárie. Para completar a identidade criada, reforçava-se o caráter de vazio demográfico e a incapacidade humana de resistir em um ambiente tão hostil. A ideia preponderante no período era a de que o ser humano na Amazônia era refém de determinadas construções conceituais como o determinismo geográfico e o poder desestruturador do sertão e do deserto amazônico. O determinismo apresentava o homem como submisso à natureza e, para além disso, produto das condições predeterminadas pelo meio natural. Quanto maior a abundância e predominância do fator geográfico, mais o homem era corrompido por sua atuação. Enxergados como forças opostas, a evolução de um fazia automaticamente o outro definir. Portanto, a floresta amazônica era compreendida como causa e origem do comportamento considerado involuído do elemento nativo e seus descendentes, mas também agia, além disso, como fator gerador de regressão civilizacional, sendo capaz de afetar até mesmo os homens brancos que passassem a viver definitivamente sob o domínio da natureza e em contato com os indígenas. Como afirma Ângela de Castro Gomes (HEIZER, 2010:19), pelo menos até a década de 1920, os intelectuais brasileiros trabalhavam tendo como base tais ideias, interpretando-as e aderindo a elas ou negando-as mais ou menos radicalmente.

Já os ideais de sertão e deserto atuavam de forma complementar, pois o sertão, diferentemente de seu significado atual, não caracterizava uma área geográfica específica ou se relacionava a um tipo de clima ou vegetação. “No fim

---

<sup>11</sup> Construção conceitual subjetiva e mutável, mas que requer embasamento na realidade. De forma simplificada, uma representação pretende elaborar uma identidade a respeito da realidade (ou um aspecto dela), e transmitir um significado proveitoso para o grupo que a produziu. É a apresentação pública de um determinado objeto e mantém com esse objeto uma relação de simbolização e de interpretação. Para prevalecer, a representação precisa estar a serviço da ideologia dominante ou ser aceita e acolhida por ela.

do século XIX e início do século XX, o termo sertão era concebido como um dos polos do dualismo que contrapõe o atraso ao moderno, analisado com frequência, com o espaço dominado pela natureza e pela barbárie”. (LIMA, 2009: 114). Em oposição ao sertão, o litoral do país era considerado sinônimo de civilização, mas até as capitais litorâneas tinham seus próprios sertões. Qualquer espaço mais afastado e com paisagem com predominância da natureza, menos alterada pelo trabalho humano, podia ser considerado como sertão. Já o termo deserto amazônico era utilizado de maneira muito frequente para demonstrar quão problemática era a baixíssima densidade demográfica da região. Esse conceito traz consigo o entendimento de que os nativos amazônicos não eram considerados como parte da população brasileira apta a povoar e comandar uma sociedade desenvolvida. O deserto de homens se refere a um deserto de homens especificamente brancos, esses sim, capazes de fazer a Amazônia subir de nível em todos os sentidos. (PEREIRA, 2016: 104)

Por mais que a população do extremo norte do país tenha aumentado de forma significativa, impulsionada pela impressionante ascensão da economia voltada para a coleta do látex, ainda assim Amazonas e Pará tinham populações minúsculas para ocupar o seu espaço geográfico. Em 1900 a população de toda a região norte chegava somente a 695 mil pessoas, crescendo para perto de 1,5 milhão de habitantes apenas no ano de 1920 e quase não aumentando durante os vinte anos seguintes, alcançando pouco mais de 1,6 milhão em 1940. As respectivas densidades demográficas eram de 0,18; 0,37 e 0,42 habitantes por quilômetro quadrado. Para efeito de comparação, o sudeste brasileiro possuía quase 8 milhões de habitantes em 1900, mais de 13,5 milhões em 1920 e 18,3 milhões em 1940, com densidade demográfica de 8,46; 14,77 e 19,84 respectivamente<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Os dados podem ser conferidos no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-%202010.html?=&t=series-historicas>.

Portanto, o predomínio da natureza bárbara e a ausência do elemento civilizador, em quantidade minimamente suficiente para construir uma sociedade capaz de fazer frente à brutalidade da floresta, eram os dois principais problemas do espaço amazônico. Incluído no aspecto ambiental desagregador estava o famigerado e temido clima amazônico, imaginado como um componente fundamental para a debilidade da saúde humana na região. Essa concepção seria desmentida primeiro por Euclides da Cunha e sua famosa expressão “clima caluniado”, presente em seu livro *À Margem da História*, lançado postumamente em 1909 e, logo em seguida, pelos sanitaristas de Manguinhos, alguns dos maiores nomes do país (Carlos Chagas, João Pedroso, Pacheco Leão, respondendo diretamente ao comando de Oswaldo Cruz), enviados para escrever um relatório sobre a possibilidade do saneamento da Amazônia, em 1912, pela Superintendência da Defesa da Borracha. No entanto, a representação de uma floresta pestilenta, escravizadora de homens e sugadora de almas ainda permaneceria durante toda a Primeira República.

O imaginário de inferno verde aliado à distância física e a total separação econômica com o resto do país fizeram com que a Amazônia fosse tratada pelo governo central como uma região sem relevância, quase como algo à parte do Brasil. É importante destacar que até a construção da Belém-Brasília, iniciada em 1958, a única obra de vulto realizada pelo governo federal, visando a melhoria da infraestrutura em toda a região amazônica, havia sido a estrada de ferro Madeira-Mamoré, inaugurada em 1912. E ainda assim porque ela fazia parte do tratado internacional assinado com a Bolívia para a resolução do conflito fronteiriço que resultou na compra do Acre pelo Brasil. Assim sendo, duas práticas estatais são fundamentais para ilustrar perfeitamente o modo como a representação negativa da Amazônia influía sobre as decisões governamentais e como as elites políticas nacionais da Primeira República utilizavam-se desse imaginário

infernista para justificar suas ações. A primeira prática estatal que tratarei aqui será a de desterrar cidadãos brasileiros considerados incivilizados e perturbadores da ordem social da capital da República para o Acre. Essa medida estabelece a floresta amazônica como prisão a céu aberto e local ideal para punir e eliminar seres humanos. A segunda prática se dá na verdade pela inação deliberada do poder político brasileiro ao se negar a colocar em prática qualquer decisão que visasse tentar salvar a economia amazônica da bancarrota, durante os anos finais da crise que se instalou na região após a produção de látex das colônias inglesas dominar o mercado internacional.

### **A Amazônia como castigo**

Os desterros aconteceram em dois momentos distintos, o primeiro após a Revolta da Vacina, em 1904, um levante popular de grandes proporções no Rio de Janeiro, que causou destruição de casas, ruas, bondes, transformou bairros em praça de guerra e gerou mortos e feridos. A revolta, que durou seis dias, se deu por causa da obrigatoriedade da vacina contra a varíola, das condições coercitivas de sua aplicação, das sanções a quem se recusasse a se vacinar e por causa das mentiras inventadas pela propaganda antivacina, como o boato de que a vacina seria aplicada na coxa de meninas e mulheres, bem próximo à virilha, enquanto o homem da casa estivesse fora, trabalhando. (CARVALHO, 1987: 131-132). O outro aconteceu em 1910, com a Revolta da Chibata, também na capital da República à época. A Revolta da Chibata ocorreu entre 22 e 27 de novembro, quando cerca de 2.300 marinheiros rebelaram-se e conseguiram capturar quatro navios de guerra, exigindo, entre outras coisas, o fim dos castigos físicos que ainda eram comuns na Marinha brasileira. (Três dessas embarcações, os encouraçados Minas Gerais, São Paulo e o cruzador-ligeiro Bahia, eram as mais pode-

rosas existentes em toda a América do Sul e haviam acabado de ser adquiridas da Inglaterra) (MOREL, 2008: 50) Os marujos deixaram o governo federal sem reação e conseguiram que todas as suas exigências fossem aceitas, inclusive uma anistia por seus atos. No entanto, quando decidiram se render e encerrar a revolta, foram perseguidos e punidos de forma cruel pela União.

Nos dois casos, o governo central colocou em ação um programa de “limpeza social” cujo objetivo era retirar de circulação qualquer indivíduo que fosse considerado um perigo para a ordem pública. Como regra não havia processos contra a grande maioria dos presos, geralmente somente os líderes eram fichados e tinham os dados registrados na Casa de Detenção. A força policial não tinha interesse em investigar a atuação de cada suspeito e atribuir a cada um acusações individuais, todos já estavam condenados de antemão e não havia necessidade de conduzir ninguém aos tribunais. O passo seguinte era simplesmente “eliminar da cidade todo o excedente humano potencialmente turbulento, fator permanente de desassossego para as autoridades” (SEVCENKO, 2010: 98), inclusive pessoas que já estavam presas e obviamente não tinham nada a ver com as revoltas. Como afirma Maria Helena Souza Patto (1999: 175), “bastava ser pobre, não-branco, desempregado ou insubmisso para estar sob suspeita e cair nas malhas da polícia.”

No caso da Revolta da Vacina foram desterradas em quatro viagens para o território federal do Acre, entre o final de 1904 e o início de 1905, um número de pessoas que variava entre 1.455 e 1.647. Apesar disso, o relatório do chefe de polícia e o governo federal reconheceram, oficialmente, uma única viagem do navio Itaipava como sendo a que levou malfeitores para o Acre, com 461 pessoas, no dia 25 de dezembro de 1904 (SILVA, 2010: 21) Já após a Revolta da Chibata, o governo federal forneceu passagens nos navios do Lloyd Brasileiro para que os marinheiros que fossem de fora da capital, entre os mais de mil e du-

zentos expulsos da Marinha, voltassem para seus locais de origem. Os que se recusaram a sair do Rio de Janeiro foram postos no navio Satélite, junto com outros presos, e desterrados para o Acre na noite de Natal de 1910, somando, no total, 441 pessoas<sup>13</sup>.

Os desteros se davam em um local escolhido de acordo com o que era mais interessante para a União, não havia nenhuma determinação na lei sobre para onde deveriam ser mandados os desterrados. Também não fazia parte da condenação uma lógica de ressocialização ou reabsorção dessas pessoas em outro local como acontecia no caso do degredo português, durante o período colonial. Principalmente entre os séculos XVII e XVIII, o degredo funcionou como reaproveitamento dos excluídos sociais que, embora rejeitados pela metrópole, eram muito úteis para as colônias, ajudando em sua manutenção e crescimento, trabalhando assim em prol do Império português.

Portanto, para Portugal era importante que os excluídos fossem reintroduzidos em outro ambiente. A mudança de localidade permitia que essas pessoas se transformassem na esperança de manutenção da ordem estabelecida e no florescimento de sociedades sob o domínio da coroa portuguesa. Já para a Primeira República brasileira, a intenção com a transferência interna de cidadãos era fazer simplesmente com que eles desaparecessem. Não havia nenhum propósito civilizatório ou de desenvolvimento de espaços pouco habitados do Brasil profundo.

O Acre destacava-se então como o lugar perfeito para receber revoltosos e marginais sociais. Por ser o único território federal em todo o país, comandado diretamente pelo governo central, não seria necessário entrar em negociação com nenhum presidente de estado para que tais criaturas indesejadas fossem

---

<sup>13</sup>A questão do desterro estava definida no artigo 80 da Constituição de 1891. Em seu segundo parágrafo, a lei garantia ao poder executivo federal o direito de impor o “desterro para outros sítios do território nacional” durante o estado de sítio. Nos dois casos citados, houve a decretação do estado de sítio.

aceitas. Porém, o fundamental era o fato do Acre ser uma terra remota, da qual era praticamente impossível sair, pois não existiam estradas conectando-o ao interior do país e a viagem por mar e depois pelos rios da região era demorada e cara. Por último, mas tão importante quanto a distância, era proporcionar à sociedade a certeza, para aumentar o impacto da punição, de que os desterrados eram enviados para uma localidade cujo imaginário geral remetia a adversidade e sofrimento. Conclui-se então que a União utilizava-se do abandono estatal que ela mesma proporcionava ao Acre (e a Amazônia de forma geral), para castigar seus próprios cidadãos com a total falta de estrutura da região.

Como se vê, a representação social extremamente negativa sobre o espaço amazônico consolida-se de tal forma durante a Primeira República que o Estado brasileiro é o principal propagador de medidas que difundem o caráter nefasto atribuído à região. O grande problema para os amazônidas é que a maior crise da história da Amazônia chegou exatamente durante esse tempo histórico<sup>14</sup>. Sem saída, os representantes da região, de forma otimista e supervalorizando sua própria importância no cenário econômico nacional, reivindicaram a ajuda do governo federal. No entanto, pode-se questionar: até que ponto era sensato esperar a execução de um plano de assistência para salvar do colapso a economia e a sociedade da borracha amazônica se a regra, usada por dois presidentes diferentes – Rodrigues Alves e Hermes da Fonseca – era se aproveitar da Amazônia como um buraco negro, pronto a engolir quem incomodava o governo central? De qualquer maneira, a demora em encontrar soluções para enfrentar uma crise que já se anunciava há anos, pois todos na Amazônia sabiam das plantações de serin-

<sup>14</sup>Conceito utilizado pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. Não é o tempo natural e sim uma construção intelectual feita pelos historiadores. Equivale às experiências vividas pelas sociedades e à relação de cada uma delas à seu próprio passado e ao seu futuro, antecipado por expectativas específicas. Não existe apenas um tempo histórico e sim vários, cujas durações diferentes fazem com que estejam sempre sobrepostos uns aos outros. O tempo histórico é resultado de ações sociais e políticas realizadas por homens, instituições e organizações que produzem efeitos que carregam consigo um ritmo temporal próprio de atuação e influência.

gueiras nas colônias inglesas da Ásia, fez com que Amazonas e Pará não tivessem opção a não ser recorrer, já com a “corda no pescoço”, à União.

### **O golpe fatal e o posterior abandono da União**

O extrativismo amazônico começou a ter uma grande relevância a partir da segunda metade do século XIX, quando a borracha passou a ser um produto cobiçado internacionalmente. De 1890 em diante, com a criação do pneumático por John Dunlop, o mercado internacional começou a exigir uma quantidade cada vez maior de borracha. Assim, todo o interesse da economia amazônica voltou-se para a extração do látex, o que deixou a agricultura local praticamente abandonada. Portanto, a última década do século XIX e a primeira do século XX foram os anos do auge da economia gomífera na Amazônia. “Em 1892, a produção brasileira representava 61% da produção mundial, sem concorrentes fortes à vista. Em 1910 ainda se responsabilizava por 50% do consumo internacional.” (FAUSTO, 2006: 315)

Como consequência da corrida aos seringais, as exportações de látex passaram a ter relevância cada vez mais alta para a economia brasileira, aumentando progressivamente e quase alcançando os números do produto número um, o café. Em 1890 eram 10% do total exportado pelo país; chegaram a 20% em 1900 e a quase 40% em 1910, o maior patamar atingindo. “Durante os anos de 1898 a 1908, quando as exportações do café sofreram contrações no valor total, foi a borracha amazônica que compensou em boa parte o declínio.” (SANTOS, 1980: 290)

Mesmo com um desempenho espetacular de sua economia gomífera, já na década de 1910 a região amazônica perderia por completo sua posição no mercado internacional, sendo relegada a uma participação irrelevante no comércio de borracha em pouquíssimos anos. A derrocada deu-se pelo planejamento e os

altos investimentos ingleses em suas colônias asiáticas. Os métodos de plantação, extração do látex, trabalho, logística e incentivos minimizavam os riscos e as despesas, maximizando, conseqüentemente, os lucros. No sudeste asiático, a atividade extrativista era feita de maneira organizada e metódica, ocupando uma área muito menor que a amazônica e menos suscetível aos problemas ambientais como o mal-das-folhas, utilizando mão de obra barata e abundante. Os produtores amazônicos, assim como seus parceiros comerciais, não acreditavam que seria possível haver uma concorrência de peso à *hevea brasiliensis*, pois a espécie de seringueira brasileira era reconhecida por todos os compradores como a que produzia o melhor látex. Além disso, consideravam a Amazônia o local ideal, em todo o mundo, para o seu desenvolvimento. Quando se deram conta de que a espécie brasileira havia se adaptado às condições climáticas asiáticas, e que o trabalho inglês criara um extrativismo em ritmo industrial, já era tarde demais – lembrando que, em 1876, setenta mil mudas de seringueiras brasileiras foram contrabandeadas para a Inglaterra por Henry Wickham (JACKSON, 2013).

A situação da coleta de látex na Amazônia era de uma imensa precariedade. As condições de trabalho faziam com que a vida dos seringueiros não durasse muito tempo na floresta. Quem não morria ficava com a saúde debilitada, principalmente por causa da malária. Por isso, os seringalistas estavam constantemente à procura de novos empregados, recorrendo normalmente aos retirantes nordestinos que acreditavam na promessa de enriquecimento rápido no extremo norte do país. Somava-se a isso o desgaste das seringueiras após alguns anos de extração, o que levava à procura de árvores novas, cada vez mais floresta adentro, o que ampliava ainda mais as distâncias a serem percorridas e o tempo da produção. (WEISNTEIN,1993:139) Com os seringais se afastando cada vez mais dos polos comerciais e exportadores (Belém e Manaus), as despesas subiam de tal forma que impactavam todo o sistema.

Assim, eliminada a possibilidade de um aumento de produtividade – devido à inexistência de pesquisas agronômicas – ou de uma redução nos custos – tendo em vista a precariedade do sistema de transportes e das condições de trabalho nos seringais – tinha-se uma situação na qual a atividade extrativista amazônica só se havia expandido em função do seu monopólio sobre a produção de borracha vegetal. (PINTO, 1984: 44)

Ao contrário das colônias inglesas, a Amazônia nunca teve reinvestidos em seu território os lucros da atividade gomífera com o objetivo de otimizar o funcionamento de pelo menos uma parte do seu sistema extrativista. Os lucros iam diretamente para fora do país, por meio das casas exportadoras, que compravam a borracha vinda dos seringais através dos aviadores, comerciantes que faziam “a ponte” entre o interior da Amazônia e as capitais. As casas de exportação, dominadas inteiramente por estrangeiros, eram as únicas com acesso direto ao dinheiro em espécie e as que mais lucravam, liberando créditos para os outros setores da economia gomífera, ditando as ofertas e os preços sobre a borracha. Os vendedores locais eram obrigados a vender sua produção toda de uma vez e não conseguiam segurar a borracha e formar um estoque amazônico do produto e nem influenciar o preço do mercado a seu favor. Se os preços do produto não estivessem de acordo com o que as casas exportadoras estavam dispostas a pagar, bastava que elas, formando cartel, diminuíssem as ofertas ou simplesmente as retirassem por algum tempo para que o aviador, sem ter acesso a qualquer outra forma de conseguir dinheiro, fosse obrigado a aceitar os valores impostos. (MENDES, 2004: 142)

Desse modo, o colapso da sociedade da borracha amazônica começa com o avanço da borracha asiática sobre o mercado e a conseqüente queda dos preços que acontece entre 1911 e 1914, o que desarticula a economia primário-exportadora da região. O “custo Amazônia” tornava quase insustentável a continuidade da produção quando os preços diminuía. Qualquer variação para baixo já fazia

uma enorme diferença tanto nas rendas privadas quanto nas estatais. Em 1912, o deputado federal pelo Amazonas, Luciano Pereira, definia bem a situação:

A defesa do nosso produto consiste em tornar o mais barato possível o preço da sua Produção, se o não quisermos ver dentro de poucos anos varrido do mercado. Presentemente, a borracha brasileira, alcançando preço inferior a 4\$500 pelo quilo, dá prejuízo ao extrator, ao passo que a do Oriente, mesmo alcançando a metade daquele preço, ainda deixa lucro compensador. Assim sendo, no dia em que o Oriente por si só puder abarrotar o mercado e isso acontecerá dentro de poucos anos, só ele ficará no mercado, sendo o seu produto o único procurado pelas indústrias, por ser o mais barato, já devendo ter desaparecido nessa ocasião a pequena diferença de qualidade ainda existente no momento atual. (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1915: 216)

A perda definitiva do mercado para a goma asiática causou uma hecatombe na economia amazônica. Os governos do Amazonas e do Pará deixaram de pagar o funcionalismo público e seus fornecedores e então se endividaram mais do que nunca, fazendo mais empréstimos externos do que já estavam acostumados a fazer. Com o prolongamento da crise, muitos seringais faliram e uma grande quantidade de seringueiros abandonou o interior rumo às capitais ou voltou para suas terras de origem. A navegação definhou e famílias que até então eram ricas e tradicionais perderam tudo. O ano de 1912 foi o último em que a Amazônia produziu mais que a Ásia. Em 1914, o Oriente já produzia praticamente o dobro da capacidade brasileira e cinco anos depois, a fabricação da borracha asiática já superava em mais de onze vezes a amazônica. (SANTOS, 1980: 236) É importante lembrar que não existia comércio interno de borracha no Brasil. A incipiente indústria nacional, voltada inteiramente para o mercado interno, não tinha capacidade técnica para produzir produtos manufaturados a partir do látex. (Nesse período predominava de forma absoluta a produção têxtil nas fábricas). Em nenhum momento a indústria nacional precisou do látex amazônico para crescer e se desenvolver, assim como a economia gomífera nunca precisou do mercado interno para chegar aonde chegou. A marca entre o início do processo

de industrialização e o extrativismo foi justamente não haver nenhuma relação comercial entre eles.

Quando o desastre se mostrava iminente, medidas urgentes foram encaminhadas ao governo central pelas elites políticas e influentes comerciantes regionais. Pressionavam a União por um plano de defesa para o setor gomífero nos moldes do Convênio de Taubaté – elaborado em 1906 para proteção do café – que visava sustentar o seu valor, retirando-o do mercado através da compra e estocagem do excedente por parte do governo federal. (Vale ressaltar que o governo federal não aceitou a ideia de valorização do café logo de cara, o que fez com que ela começasse a ser executada pelas próprias lideranças paulistas). Os representantes amazônidas acreditavam que não havia motivo para tratar a borracha de forma diferente e não estender a ajuda ao setor gomífero. A diferença é que o capital político dos estados amazônicos era muito inferior ao dos estados envolvidos diretamente na produção cafeeira, o maior deles, notadamente, São Paulo. Ademais, o café gerou um efeito diversificador na economia que proporcionou a criação de um complexo econômico formado por casas comerciais, portos, estradas de ferro, indústrias... Como argumenta Barbara Weinstein (1993: 260):

Enquanto São Paulo era uma região próspera, que fazia rapidamente a transição de uma economia agrícola pré-capitalista para outra, decididamente capitalista e industrializada, a Amazônia era a sede de uma expansão isolada de exportação, fenômeno que já demonstrava muitas vezes ser um beco sem saída econômico. Enquanto Minas Gerais e o Rio Grande do Sul desenvolviam setores agrícolas diversificados, voltados para a demanda interna, a Amazônia continuava a ser uma economia tradicional de exportação de um só produto, com um mercado interno pequeno que não havia sinal algum de expansão. [...] o negócio do café constituía a base de toda uma rede de investimentos agrícolas e industriais relacionados entre si, de potencial econômico incalculável. Em contraposição, o colapso do mercado da borracha silvestre teria previsivelmente poucas repercussões para o resto do Brasil.

Apesar disso, um plano de desenvolvimento regional foi aprovado pelo Congresso. Pedro de Toledo, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, foi o autor da lei nº 2543<sup>a</sup>, de 5 de janeiro de 1912, regulamentada pelo decreto nº 9521 em 17 de abril de 1912. A lei que instituiu o Plano de Defesa da Borracha apresentava algumas medidas que seriam muito úteis para a região, como: construção de três hospedarias de imigrantes, uma em Belém, uma Manaus e uma no Acre; construção de hospitais, cercados de colônias agrícolas; duas estradas de ferro interestaduais; execução de obras para permitir a navegabilidade durante o ano todo em rios importantes; isenção de qualquer imposto, durante 25 anos, sobre a borracha produzida em seringais cultivados; prêmios para plantações inteiramente novas ou replantio, da seringueira e árvores similares (caucho, maniçoba e mangabeira); estações experimentais em todos os estados do país que tivessem parte de sua economia voltada para o extrativismo do látex, que ficariam responsáveis por fornecer gratuitamente sementes e instruções sobre a cultura da borracha a todos os interessados. No entanto, existiam alguns problemas importantes: o plano dependia da aplicação de uma quantidade expressiva de recursos federais voltados exclusivamente para a recuperação da economia extrativa amazônica. E isso não se daria em um curto espaço de tempo, já que seriam necessários estudos prévios para escolher as melhores condições para colocar em prática obras como as estradas de ferro, que, por sua vez, necessitariam de mais tempo para começar a funcionar a trazer ganhos financeiros. Além disso, o país passava por sérios problemas econômicos e havia um consenso entre a classe política nacional de que era preciso conter os gastos públicos.

Devido à total falta de integração entre os estados amazônicos e o resto do país, os investimentos feitos na Amazônia não estimulariam, a curto prazo, a economia do resto do Brasil como o café já vinha fazendo. Além disso, as elites políticas dos outros estados perderiam a possibilidade de contar com qualquer

ajuda mais vultosa do governo federal. Seria uma dinâmica em que grande parte do litoral apostaria no sucesso do sertão e dependeria dele. Entretanto, os estados cafeicultores, principalmente São Paulo, sabiam que nenhum problema no extremo norte do país seria capaz de afetar sua economia desde que o café continuasse indo bem no mercado mundial e permanecesse amparado pela União nos momentos mais complicados.

Em suma, o Plano não conseguiu resultados positivos porque naufragou por completo antes que qualquer obra fosse realmente executada. O superintendente nomeado, o engenheiro Raimundo Pereira da Silva, não contou com verbas e nem tempo suficientes para mostrar resultados efetivos. Também não teve a seu dispor funcionários e técnicos em quantidade minimamente razoável, contou apenas com “um médico, um agrônomo, dois técnicos auxiliares e nove funcionários de burocracia e zeladoria” para iniciar os trabalhos. (SANTOS, 1980: 250-251). O Plano de Defesa da Borracha nunca foi readaptado, corrigido, ou adequado a uma realidade menos ambiciosa, com investimentos menores. Foi simplesmente interrompido. Sem perspectivas de melhoras, “a solidariedade dos republicanos terminou para a Amazônia no instante em que o desmoronamento do sistema gomífero a converteu em área impossibilitada de dar mais do que receber.” (SANTOS, 1980: 296) Os representantes políticos amazônicos simplesmente não tinham força suficiente para mudar a situação em um sistema federalista descentralizado, que manteve os problemas da região à margem dos problemas nacionais.

A maioria dos deputados e senadores de fora da região amazônica somente aceitava que fossem adotadas medidas paliativas e com custos mínimos para o governo central, basicamente relacionadas à diminuição dos impostos de exportação locais. Sendo assim, barraram qualquer empreendimento significativo, ou seja, as linhas férreas, a desobstrução dos rios, a construção das hospedarias para

imigrantes... A contradição dos que se colocaram contra a lei, após aprova-la, é que estavam dispostos a permitir uma ajuda à Amazônia desde que essa ajuda não impactasse os cofres da União. No entanto, agir dessa maneira era o mesmo que não agir e deixar a região amazônica efetivamente sem nenhum amparo. O deputado federal pelo Amazonas, Luciano Pereira, sempre se mostrou indignado e perplexo com essa atitude em suas manifestações na Câmara.

Não é de surpreender então que a Superintendência de Defesa da Borracha tenha funcionado somente por um ano e meio, após ter seu orçamento reduzido drasticamente e depois cortado de forma definitiva. Também não há como negar que tudo havia sido arquitetado muito tarde, quando praticamente já não havia mais possibilidade de a borracha brasileira recuperar o espaço perdido para a asiática. Dar prosseguimento ao Plano, em sua totalidade, seria uma grande aposta para revitalizar uma atividade sobre a qual os produtores amazônicos nunca haviam tido controle e na qual caminhavam a passos largos para desempenhar um papel insignificante no mercado mundial.

Ainda assim, em relação ao governo central e à classe política nacional, não há razão para justificar que nenhuma medida tenha sido tomada para dar melhores condições à região, fossem elas relacionadas à saúde, abastecimento, transportes, comunicações, impostos... O Congresso deveria ter aprovado uma lei para a proteção da economia da borracha que pudesse ter aplicação imediata, com medidas práticas que impactassem rapidamente o comércio amazônico. Como explicar a completa falta de boa vontade para conceder uma única providência relevante para a proteção social e econômica do norte? Os parlamentares tinham o direito de questionar as medidas apontadas na lei e rever as decisões tomadas por eles mesmos, apenas alguns meses antes (o que por si só já era uma incongruência), porém não houve nenhum tipo de correção ou adaptação e sim eliminação. Nada foi posto no lugar. Mesmo com vários parlamentares reconhe-

cendo o tamanho da crise e suas trágicas consequências para o norte do país, escolheu-se abandonar a Amazônia, negando o que já estava começando a ser feito e impedindo a execução de novas ações.

Nos anos seguintes a região se viu inserida no debate sanitário sobre os sertões, que desvelou um Brasil interiorano consumido pelas moléstias. Apesar de o assunto não ser uma novidade, seu debate evocou significativos embates e polêmicas sobre a saúde dos brasileiros em geral, mudando o entendimento que se tinha a respeito do comportamento do brasileiro que se situava fora dos grandes centros urbanos do país. Ainda durante a década de 1910, os motivos do atraso do Brasil profundo passam, então, da inferioridade racial do mestiço e de sua atitude preguiçosa, para as sequelas dos males causados pelas doenças. Como mencionado anteriormente, uma comissão do Instituto Oswaldo Cruz esteve no Amazonas para registrar as condições médico-sanitárias da região, a serviço da Superintendência da Defesa da Borracha, em 1912. A comissão, após um tempo em Manaus, percorreu o interior, concentrando-se nos rios Solimões, Juruá, Purus, Acre, Negro, Iaco e baixo Rio Branco, por serem considerados os principais centros de produção de borracha. (CRUZ, 1972: 49). A realidade sanitária encontrada no vale amazônico fez com que os pesquisadores afirmassem que as condições vistas eram “as mais precárias condições da vida humana, talvez sem paralelo em todo o mundo”. Ao mesmo tempo, tiveram convicção de que as doenças encontradas poderiam ser combatidas com o uso de processos profiláticos já estabelecidos. Os fatores desencadeadores das enfermidades não eram diversos dos encontrados em outras regiões do país e podiam ser combatidos pela “higiene moderna” (CRUZ, 1972: 121-122). Se fossem postas em prática as medidas a serem indicadas no relatório final, o “Amazonas campeão da morte” deixaria de existir. Tudo seria apenas uma “questão de tenacidade e resolução” (CRUZ, 1972: 51). Oswaldo Cruz garantia que o saneamento poderia ser

plenamente realizado assim que o governo federal determinasse a sua execução, o que nunca foi feito até o fim da Primeira República. Portanto, ficava comprovado que a causa dos problemas relativos à falta de saúde dos sertões amazônicos dava-se pelo desinteresse, indiferença e inépcia governamental, que relegava os amazônidas a uma vida de desamparo, totalmente prejudicada pelo completo abandono por parte do governo central.

Tanto a representação extremamente negativa quanto o afastamento físico e a falta de conexão com os demais estados e regiões do país levaram a Amazônia a ser segregada ideológica, social, política e economicamente. Era como se a Amazônia não fizesse parte do território nacional, como se fosse um país distante, que não tivesse relações com o “Brasil do sul”. Por isso é perfeitamente compreensível que os estados do norte tenham mudado de posição ao longo do tempo e apoiado o fim do federalismo, tão enaltecido e requisitado por eles mesmos algumas décadas antes, aliando-se então aos tenentistas e ao golpe que resultou na Revolução de 1930.

### **O Estado Novo e a nova representação amazônica**

Com o Estado Novo, o Executivo cria e utiliza novos cargos e instituições para exercer uma planificação geral, ou seja, definir e interferir em todos os aspectos da sociedade brasileira: educação, saúde, trabalho, habitação etc. Temos assim uma reordenação política e ideológica, acompanhadas das crescentes burocratização e expansão da atuação do Estado brasileiro, que atingem o seu auge a partir da ditadura varguista em 1937. A região amazônica não ficou alheia às mudanças que ocorriam no centro de poder do país e lutou ativamente para manter Vargas no cargo desde o período do governo provisório (1930-34). Assegurar

o fortalecimento do governo federal era um ponto fundamental para que a esperança de uma virada de postura em relação à região se tornasse realidade.

O novo projeto político voltado para o desenvolvimento econômico brasileiro passou a estar fundamentado no intervencionismo estatal, no nacionalismo e na industrialização do país. Essa renovação na ideologia política nacional exigiu uma transformação e uma readequação da representação amazônica. Foi preciso uma reformulação na forma de compreender o lugar da Amazônia no Brasil. Tanto a floresta quanto o homem que vivia em seu interior foram inseridos em um novo contexto, que na verdade reaproveitava questões presentes no cenário social e político já exploradas na obra de Euclides da Cunha, no relatório sobre a saúde das populações amazônicas de 1912, entre outros. Com isso pode-se dizer que a representação do conceito de Amazônia à época, ainda que estivesse sendo orientada para uma nova concepção, condizente com os objetivos do tempo presente, carregava em si tanto componentes do desejo de um planejamento futuro quanto elementos já inseridos no pensamento social brasileiro, que não eram fáceis de abandonar. De qualquer modo, a ênfase no futuro da região se dá, a partir de então, na disseminação de uma retórica que valorizava a Amazônia como terra de riquezas, um celeiro cobiçado pelo mundo, que só havia se transformado em uma área-problema porque foi negligenciada e abandonada à própria sorte durante a Primeira República.

Ao mesmo tempo em que houve um realce do potencial econômico da região, houve a consciência do enorme esforço a ser feito para que realmente fosse possível o aproveitamento das propaladas riquezas amazônicas. Esse aspecto do discurso aplicado à região gerou uma característica de submissão em relação ao “Brasil já civilizado e desenvolvido”. Dessa maneira, a Amazônia passou a ser tratada como colônia e comparada com territórios coloniais das grandes nações imperialistas. Decididamente não era mais possível pensar a Amazônia unica-

mente como monumento natural, para o bem e para o mal, apenas imaginado pelos brasileiros em geral. Os desbravadores da Amazônia brasileira, o caboclo e o nordestino, tornam-se heróis na retórica estatal, pois lutavam sozinhos, desamparados, contra a insalubridade da floresta. O Estado Novo impulsionou então a Marcha para o Oeste, um projeto que enaltecia a importância da integração nacional e ocupação dos espaços vazios do interior do país. Divulgado como um novo movimento bandeirante, de avanço do poder estatal dentro do próprio território brasileiro, esse espírito colonizador já estava presente nos primeiros anos após a Revolução de 30, mas foi aumentado de forma exponencial durante os anos do Estado Novo.

O simbolismo presente na Marcha para o Oeste foi construído em cima de uma mudança de perspectiva em relação à representação da fronteira. Ainda que fossem um problema a ser resolvido pelo país, os espaços abandonados do Brasil profundo passaram a ser retratados como locais de oportunidade de desenvolvimento, em vez de serem vistos como ameaça. Maria Verônica Secreto afirma que o discurso estadonovista “satisfaz expectativas e reproduz ideias há muito consensuais. Responde às expectativas, talvez urbanas, do que deve ser o campo e às expectativas rurais do que deve ser a cidade.” Secreto (2007: 122) também reforça que o governo Vargas, na verdade, retomou a dicotomia entre sertão e litoral, “o mito dos dois Brasis” que já existia na Primeira República, mas procurando corrigi-lo. O jornalista Azevedo Amaral, um dos ideólogos mais destacados do Estado Novo, apresentava de forma muito clara a intenção do regime Vargas de não reforçar essa dicotomia, já que o intuito do governo não era valorizar um em detrimento do outro e sim criar a percepção de que o movimento de ocupação dos espaços vazios resultaria em um ganho para a nação como um todo.

O Estado Nacional, restaurando ao Brasil o sentido da sua evolução e criando uma consciência integral da nacionalidade e dos seus destinos, não se limita a uma simples inversão do curso das nossas atividades. [...] Caminhar para o sertão, abandonando o mar, seria apenas reproduzir em sentido oposto o erro dos homens do Império e da primeira fase republicana. Não é isto que o Estado Nacional está fazendo. [...] O Estado pela primeira vez concebe e começa a executar um programa total de desenvolvimento simultâneo em demanda da dupla finalidade, em que se polariza a predestinação do Brasil. (AMARAL, 1940: 3-4)

Colonizar e desenvolver foram provavelmente os verbos mais utilizados para ilustrar como se daria a inserção do imenso espaço não utilizado dentro do próprio Brasil. O objetivo principal era fazer com que a expansão econômica interna fosse capaz de alcançar as já estabelecidas fronteiras políticas.

Dentro dessa mudança de paradigma, o discurso do rio Amazonas, proferido durante a visita de Vargas a Manaus, em 1940, foi um marco para a região amazônica e um dos momentos mais emblemáticos de toda a Marcha para o Oeste. Foi recebido pelos amazônidas como um ponto de ruptura com o passado de abandono e criou expectativas de um futuro no qual os estados amazônicos alcançariam o mesmo status dos estados do litoral do país. Esse pronunciamento teve celebrações de aniversário com publicações especiais nas revistas governamentais e comemorações políticas na Amazônia durante os cinco anos restantes do Estado Novo. Nesse famoso discurso, o presidente brasileiro diz que a Amazônia é um símbolo da grandeza brasileira, mas, ao mesmo tempo, carrega uma ferocidade sem igual, com características que induziam a uma vida primitiva, e que dentro da floresta era preciso travar uma luta somente para existir. Por outro lado, a Amazônia produzia uma imagem forte e dramática que instigava a imaginação e que havia seduzido sábios, artistas e viajantes. Getúlio, ao tecer elogios e apontar as dificuldades da vida na floresta, ficava no meio termo entre a representação do Eldorado amazônico e a do inferno verde. Fazia, assim, uma análise realista, mas que emanava otimismo. O presidente enfatizava que os problemas

amazônicos não eram diferentes dos do resto do país e que, com um esforço constante e persistência, seriam definitivamente resolvidos. Utilizando o termo euclidiano “clima caluniado”, Vargas apontava que a disseminação de inverdades impedia que pessoas de outras regiões tentassem uma vida nova na Amazônia.

Vulgarizou-se a noção, hoje, desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. Os fatos e as conquistas da técnica provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar. (VARGAS, 1940: 78)

Vargas reforça que o esforço nacional para transformar a sociedade amazônica e vencer o vazio demográfico necessitava ser realizado por meio da técnica e da disciplina, através da exploração racional de tudo o que era oferecido pela natureza.

Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar à concentração e fixação do potencial humano. [...] Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta, mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazônico, que é o espaço imenso e despovoado. É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. (VARGAS, 1940: 78)

O presidente anuncia que colocaria em prática um “plano de reerguimento da Amazônia”. Garantia também que todo o Brasil estava com os olhos voltados para o norte, “com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento.” (VARGAS, 1940: 79) E que não faltaria apoio do governo central para qualquer ação que beneficiasse a coletividade amazônica.

Nada nos deterá, nesta arrancada, que é, no século vinte, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da Terra, e, equiparado aos outros

grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização. (VARGAS, 1940: 80)

Getúlio já havia autorizado um amplo estudo de combate à malária para o saneamento da região. Esse programa foi iniciado por Evandro Chagas, filho de Carlos Chagas, ainda em 1940, antes da viagem do presidente à Amazônia e sob ordens do Ministério da Educação e Saúde. O estudo afirmava que não era possível combater a malária em todo o território amazônico de uma vez. Por isso, assim como aconselhado em 1912, o governo federal deveria priorizar o saneamento de áreas específicas, de acordo com sua importância econômica, estratégica ou inclinação a um desenvolvimento mais acelerado. No entanto, alguns fatores, inclusive a morte prematura de Evandro Chagas, fizeram com que o plano de saneamento fosse sendo postergado e por fim não fosse implementado, eclipsado pelos Acordos de Washington, assinados com os Estados Unidos, em 3 de março de 1942.<sup>15</sup> Para conseguir cumprir sua parte dos acordos, o governo Vargas apressou-se em enviar o maior número possível de homens para a região amazônica. O Departamento Nacional de Imigração (DNI) coordenou a migração de 55 mil “soldados da borracha”, nordestinos que foram convencidos a seguir para a Amazônia sem o acompanhamento da família. A logística para levar esses milhares de trabalhadores para os seringais foi feita através da Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA), ambos criados em 1942, e posteriormente através da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA) (STELLA, 2009: 76). O governo brasileiro tam-

---

<sup>15</sup>Os americanos tiveram que recorrer ao Brasil a fim de manter normal o seu o abastecimento de borracha, já que a ocupação das regiões produtoras na Ásia pelo exército japonês, durante a Segunda Guerra Mundial, fez com que o país perdesse acesso aos seus fornecedores de látex e visse prejudicada sua economia de guerra. Com a colaboração entre os dois países, o Brasil se comprometia a expandir a produção de látex para suprir as necessidades dos Estados Unidos, que por sua vez compraria toda a produção brasileira.

bém criou o SESP, Serviço Especial de Saúde Pública, cuja missão era sanear as localidades que receberiam os nordestinos recrutados para o esforço de guerra. Com a execução de todo o trabalho sanitário sob os cuidados do SESP e com todos os recursos voltados para atender aos interesses americanos, o Plano de Saneamento da Amazônia perdeu sua utilidade. Maria Verônica Secreto ressalta que a ideia defendida até então, de povoamento e de colonização da Amazônia, através do encaminhamento de famílias inteiras para a região, foi substituída pelo recrutamento apenas de mão de obra para a indústria da borracha, fazendo com que somente homens fossem levados, em ritmo de urgência, para os seringais. (SECRETO, 2007: 121)

Os novos seringueiros ficaram na Amazônia completamente desamparados pelo governo federal, o que levou muitos trabalhadores a se sentirem iludidos pela propaganda oficial do Estado Novo e a desistirem do trabalho logo após chegarem na floresta. Houve graves problemas desde o início e nada funcionou como deveria: assistência médica, alimentação, transporte de equipamentos e da produção... Após a queda de Vargas, houve a aprovação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar as ações da União. Ainda assim, ocorreu um aumento na extração do látex, embora a produção nos anos da guerra nem tenha chegado perto do que era produzido pela Amazônia no auge do boom da borracha. Entre 1941 e 1945 a produção anual foi apenas ligeiramente superior à metade do que foi colhido no ano de 1912, o melhor ano de produção, que nunca foi alcançado novamente (MAHAR, 1978: 14).

Com o fim da Segunda Guerra, os acordos Brasil-EUA não eram mais necessários, o fluxo da produção asiática voltou ao normal e a borracha oriental tornou a dominar o mercado mundial. A economia amazônica regressou ao nível apático no qual se encontrava antes da guerra. Os acordos de Washington na rea-

lidade causaram retrocesso econômico à Amazônia, que durou anos para começar a ser remediado.

A guerra e a guinada repentina que trouxe de volta a economia gomífera como prioridade total fizeram com que a borracha amazônica ganhasse relevância momentânea mas, após o conflito, seu preço precisou ser mantido de forma artificial pelo governo federal porque, mais uma vez, a região se mostrou totalmente dependente do produto. Com o abandono das outras atividades econômicas, o resultado foi um grande aumento no custo de vida, com o crescimento da necessidade de importação de alimentos. Sendo assim, a sobrevivência do setor gomífero passava a ficar sob responsabilidade única dos subsídios do governo federal. Nelson Prado Pinto comenta que a chamada Batalha da Borracha foi ruim para a Amazônia pois deu sobrevida a uma atividade moribunda, que há décadas já vinha sendo apontada como uma catástrofe social. A difícil vida do seringueiro não melhorou em nenhum aspecto, suas condições na década de 1940 eram as mesmas do início do século: “[...] pretender expandir a produção gomífera em regime de urgência, significava obrigatoriamente, refazer os caminhos abertos pelo aviamento” (PINTO, 1984: 102).

Osório Nunes, em 1949, criticava todo o sistema econômico amazônico, afirmando que ele era mantido exclusivamente por um artifício do Estado brasileiro: a manutenção do preço da borracha em 18 cruzeiros, com data marcada para acabar, o final de 1950.

Neste instante, mais de um milhão de brasileiros concentra suas energias na extração de um produto que custa Cr\$ 7,50 no mercado externo, abundantemente provido e, só por artifício de salvação pública, custa o dobro no mercado interno. Vale a pena o artifício, sabendo-se que não poderá subsistir, que, em 1950, ano limite para a lei que o instituiu, a situação dos mercados será semelhante e, um dia, terá de ser enfrentada a crua realidade? Valerá, talvez, como panaceia, para evitar, momentaneamente, mal maior. Não é razoável entretanto, que sirva de suporte para empreendimentos regionais, porque é uma falsida-

de econômica, como falsa é a base de todo o sistema econômico da Amazônia [...] (NUNES, 1951: 85)

É essa “falsidade econômica” que a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) tem que enfrentar e reformular, através de um planejamento global da região, quando da sua criação em 1953. Após a guerra fica nítido aos representantes amazônidas no Congresso Nacional que é necessária uma política desenvolvimentista mais completa. Os anos entre meados da década de 1940 e o começo da década de 1950 trazem a certeza de que se deveria modernizar e ampliar o escopo da economia regional amazônica.

### **O artigo 199 da Carta de 1946**

Após a deposição de Vargas e o fim da ditadura do Estado Novo, o país se viu impelido a substituir a Constituição estadonovista de 1937 por uma nova carta democrática, a quarta da sua história. Com a formação da Assembleia Nacional Constituinte, as bancadas nortistas do Acre, Amazonas e Pará tiveram a oportunidade de expressar seus anseios por ajuda à região. Entretanto, o artigo 199 foi uma conquista da bancada do Amazonas, já que foi o deputado Leopoldo Peres quem teve a ideia da criação de um mecanismo institucional que assegurasse um investimento constante de recursos federais na Amazônia. A redação exata do artigo é sucinta, mas foi uma mudança drástica que permitiu a possibilidade de um novo tempo histórico para a Amazônia:

Art. 199. Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária. Parágrafo único. Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal. (BALEEIRO; LIMA SOBRINHO, 2012: 93)

A adição desse artigo na Constituição de 1946 é muito importante pois foi a primeira vez na história da República brasileira que a política amazônica conseguiu exercer ascendência sobre a política nacional, de modo a originar uma obrigação constitucional exclusivamente em benefício do seu próprio desenvolvimento, fazendo com que a União assumisse o dever de investir regularmente recursos federais já previamente estimados na região. Foi uma vitória a favor da Amazônia, mesmo com a demora em transformar a letra da lei em realidade (foram sete anos até que o plano de valorização econômica da Amazônia começasse de fato a funcionar, através da SPVEA).

Esse é o momento em que a elite política amazônica aproveita a oportunidade criada pela Constituinte para conciliar seus interesses aos do desenvolvimento nacional e não atuar somente como uma colônia subordinada à região mais industrializada do país. A intenção era se unir ao projeto político nacional através de outra perspectiva, criando um cenário favorável para a reestruturação de suas próprias capacidades econômicas. Essa elite política desejava jogar o jogo com novas cartas, apostando na conquista de uma realidade regional mais industrializada e versátil. O artigo 199 seria utilizado para fazer a região amazônica crescer e se fortalecer; atrair investimentos diversificados e conquistar um lugar mais importante dentro do projeto de integração nacional. Por fim, a esse respeito cabe a análise do sociólogo Jacques Lambert, quando este diz que a Amazônia não tinha como crescer sozinha. Não se podia pensar em igualdade de condições dando à região amazônica a liberdade de decidir suas questões assim como São Paulo fazia. Tal atitude tinha o mesmo efeito de abandonar os amazônidas à própria sorte, pois a Amazônia necessitava do país para se desenvolver. (LAMBERT, 1967: 231)

As experiências frustradas a respeito da recuperação da economia amazônica levaram à formação de um novo processo de atuação por parte do gover-

no federal, agora obrigado por lei a valorizar e desenvolver a Amazônia. Nesse sentido, a SPVEA surge como uma instituição ambiciosa, que almejava criar um novo horizonte de expectativas para a região, dando autonomia econômica à Amazônia (livrando-a de depender unicamente da borracha), conciliando avanço econômico com as necessidades sociais regionais.

### **SPVEA, da expectativa à dura realidade**

A SPVEA tem muita relevância, pois foi a materialização da preocupação do Estado brasileiro com o destino da Amazônia. Foi através dela que se criou o primeiro plano de ação realizado com a finalidade de modificar o panorama de toda a região. Esse plano, que abarcava diversos setores problemáticos da região e tentava solucioná-los em conjunto<sup>16</sup>, levou esperança de progresso e de um futuro diferente para os amazônidas. A Superintendência voltada para a valorização da Amazônia foi o segundo órgão federal regional criado no país, antes dela só existia a Comissão do Vale do São Francisco, de 1948. Quarenta anos depois de iniciada a crise que levou o cultivo da borracha a um declínio permanente, o plano de ação da SPVEA tentaria desenvolver a Amazônia priorizando um conjunto de ações que fizesse a região crescer de maneira homogênea e sustentável. Os seus três objetivos gerais eram:

- a) assegurar a ocupação territorial da Amazônia em um sentido brasileiro;

---

<sup>16</sup> Toda a atuação da Superintendência estava atrelada à lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953. A lei definia que seriam conduzidos empreendimentos e obras voltados para o desenvolvimento das produções extrativa, agrícola, pecuária, mineral e industrial. O intuito era melhorar os padrões sociais e o bem estar econômico das populações amazônicas, garantindo a expansão da riqueza pelo território nacional. Assim sendo, o Primeiro Plano Quinquenal seria executado em áreas predeterminadas, promovendo o desenvolvimento dos tópicos citados e outros de importância fundamental para a região como a reforma e a ampliação das centrais elétricas de Belém e Manaus; realizar um plano de viação da Amazônia; desenvolver um programa de defesa contra as inundações periódicas; incentivar a imigração; estabelecer um programa de desenvolvimento do sistema de crédito bancário regional; incentivar a presença e o investimento do capital privado; entre outros.

- b) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista e que seja capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais;
- c) desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira. (SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA, 1954: 4)

Infelizmente para a Amazônia, a SPVEA não conseguiu fazer o que se esperava dela. A Superintendência teve muitas dificuldades e sofreu diversos problemas que praticamente implodiram a sua capacidade de realizar quaisquer obras mais significativas. Em suma, os principais motivos que fizeram o projeto de valorização da Amazônia naufragar foram:

a) O Plano de Valorização Econômica da Amazônia deveria ser seguido através de um planejamento em etapas de cinco anos, mas o Primeiro Plano Quinquenal, que só entraria em funcionamento após a sua aprovação pelo Congresso Nacional, jamais foi examinado por este, o que impediu que a SPVEA tivesse qualquer tipo de planejamento mais longo e um plano de trabalho traçado e definido, que pudesse ser programado e seguido mesmo com as inúmeras mudanças na chefia da instituição (sete superintendentes diferentes e um interventor em 13 anos). Sem isso, a Superintendência foi obrigada a atuar através de variados acordos e convênios, distribuindo seus recursos financeiros em uma infinidade de obras e empreendimentos de pequeno porte. Dessa maneira, os políticos locais lutaram avidamente pelas verbas disponíveis, visando unicamente seus interesses. Além disso, toda vez que um novo superintendente assumia o cargo, havia a elaboração de novos planos e novas possibilidades de atuação eram tentadas. Nunca houve continuidade no trabalho.

b) O não pagamento dos três por cento constitucionais a que a SPVEA tinha direito só piorou o que já estava ruim, já que a Superintendência não conseguia cumprir seus compromissos e dar prosseguimento às obras contratadas. Nu-

merosos empreendimentos demoraram anos para serem finalizados devido aos constantes atrasos no repasse do orçamento pelo governo federal. Outros tantos sequer saíram do papel. Vale ressaltar que os próprios entes federativos amazônicos, também obrigados a separar três por cento de suas receitas para a SPVEA, não faziam questão de pagar a sua parte, embora exigissem as verbas da Valorização da Amazônia para seus estados e municípios.

c) A construção da rodovia Belém-Brasília, que passou a ser a obra primordial a partir de seu início em 1958, devido à sua importância para a integração rodoviária nacional e o seu significado simbólico. Depois de finalizado o trajeto, a sua pavimentação tornou-se o objetivo maior da instituição. Com isso, a rodovia passou a sugar a maior parte das dotações da SPVEA que, consequentemente, passou a reduzir o investimento em todos os outros setores.

A SPVEA existiu entre 1953 e 1966, sendo substituída pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) durante a ditadura militar. A SUDAM na verdade agiu de forma muito similar à SPVEA. A estratégia adotada pelos militares seguia basicamente os mesmos passos que já estavam sendo dados antes do golpe, mas com a iniciativa privada passando a dominar as atividades agrícolas, extrativas, pecuárias, industriais... Essa estratégia resultou em um desenvolvimento autoritário e caótico que deixou de lado os fins sociais que faziam parte do planejamento iniciado em 1953.

Apesar de tudo, a SPVEA foi um passo adiante, a consumação de uma nova perspectiva determinada por um novo tempo histórico, que consolidou a relação (conturbada e por vezes incoerente) entre o poder central do Brasil e a Amazônia em outro nível, determinando que a partir de então a região amazônica não poderia mais ficar abandonada, como havia acontecido durante a Primeira República.

## **Considerações Finais**

Em resumo, pudemos perceber como a ruptura política ocorrida no país após os anos 1930 foi significativa para a Amazônia. A exacerbação do nacionalismo e da centralização política, refletidas em um novo funcionamento administrativo do Estado brasileiro levaram ao aumento do reconhecimento dos sertões, que passaram a ser considerados berço da brasilidade e fundamentais para o crescimento econômico nacional. A representação amazônica deixou de estar relacionada diretamente a aspectos nocivos como inferno verde, punição, desaparecimento, morte e passou a ser compreendida como um espaço de oportunidades, com riquezas ainda não exploradas, que devia ser protegido e incentivado por políticas da União. Ainda assim, houve uma demora em sair apenas do discurso e colocar toda a nova ideologia dominante em prática, mesmo com a Marcha para o Oeste e com todo o simbolismo do discurso do rio Amazonas. Por mais que existisse um aparente interesse governamental e planos em andamento para iniciar uma revitalização da região amazônica no início dos anos 1940, a começar pela área da saúde, as práticas estatais só se materializaram, assim como havia acontecido na Primeira República, através de um fato novo vindo do exterior. Apesar dos discursos de Vargas sobre a importância da integração e do desenvolvimento econômico da Amazônia, a primeira grande atividade estatal para a região só começa a ser posta em prática no quinto ano de existência do Estado Novo, décimo segundo ano desde a Revolução de 30. Por mais que as elites amazônicas tenham se empenhado em aumentar a sua capacidade de pressão sobre o governo central, conseguindo, após a Revolução de 30, um reconhecimento que jamais foram capazes de ter durante a Primeira República, a Amazônia continuou submetida a juízos de valor e ingerências que não eram organizadas por ela própria.

No entanto, as elites políticas amazônicas foram competentes em aproveitar o espaço aberto pela representação social renovada da região e por novos tempos históricos que proporcionaram a redemocratização do país em 1946 e evidenciaram os erros cometidos com a tentativa de revitalização da economia da borracha. Assim, criaram um mecanismo que trouxe expectativas renovadas em relação a atuação da União sobre a região. Apesar de tais expectativas jamais terem sido satisfeitas, com o retorno de antigos vícios do governo central relacionados ao descaso e à falta de importância com que este enxergava toda a área amazônica, a partir dos anos 1950 a Amazônia entra em um novo período em que, bem ou mal, há o reconhecimento de que as desigualdades regionais existiam e era dever do governo federal combatê-las.

É notório que a partir da década de 1930 acontece uma ressignificação da imagem da Amazônia, que tinha o intuito de justificar o alto investimento necessário para realizar a sua propalada integração com a economia brasileira. Com isso, conclui-se que durante o recorte temporal analisado aqui, a Amazônia não muda, o que muda é o olhar sobre ela. O nacional-desenvolvimentismo, além de um marco nacional, torna-se um marco amazônico. Foi através dessa ideologia que se alteraram as expectativas acerca da Amazônia e de como possibilitar a ela o seu crescimento econômico e social. No caminho foi preciso abandonar, finalmente, a ênfase exclusiva na economia extrativista do látex. Dessa maneira, à medida em que as experiências passadas não serviam mais de exemplo para orientar as ações governamentais, na década seguinte o campo de ação estatal sobre a Amazônia precisou ser alargado. Houve a necessidade de se produzir um planejamento mais profundo e, a partir disso, cria-se um hiato entre o que a SPVEA se propõe a fazer, a partir de 1953, e o que veio antes dela. A SPVEA vai tentar criar experiências novas, que estão voltadas para o futuro e não mais para o passado. Ao analisarmos o decurso das ações estatais voltadas para o espaço ama-

zônico ao longo do século XX, a conclusão a que se chega é que a SPVEA foi, ao mesmo tempo, o fechamento de um ciclo e a abertura de um processo que sucedeu um tempo histórico que deixou de produzir efeitos, inaugurando uma proposta de desenvolvimento regional que não foi mais abandonada pelo Brasil.

Ainda assim, a SPVEA tem similaridades com a Defesa da Borracha, no sentido de ambas terem sido prejudicadas deliberadamente pela própria União, o que reacendeu de maneira veemente o ressentimento nortista e a sensação de que o extremo norte do país continuava sendo apenas um apêndice, um acessório sem importância para o núcleo duro do poder nacional.

Embora, do começo do século XX até a sua metade, tenha havido uma verdadeira transformação da apresentação pública do território amazônico e da percepção da sua contribuição para o país, não foi possível demolir práticas enraizadas na política brasileira que desvalorizavam as regiões periféricas, fazendo com que a União as tratasse muitas vezes com descaso e indiferença. Os distintos grupos políticos dominantes durante esse período tanto ajudaram a construir quanto se valeram da representação amazônica, operacionalizando-a de acordo com seus interesses, determinando assim uma identidade específica do espaço amazônico para ser usada em proveito próprio. Dentro dessa perspectiva, a Amazônia deixa de ser a Amazônia bárbara e selvagem da Primeira República e percorre um longo caminho para tornar-se a Amazônia saneada, revigorada e integrada, propósito do Estado Novo e de todos os governos que o seguiram, mas tendo suas expectativas sempre frustradas de algum modo e sendo sempre tratada, mesmo em seus momentos mais favoráveis, como uma região de segunda categoria, que, aos olhos do governo central, importava menos que as demais.

## Referências

AMADO, Janaína. Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VI (suplemento), 813- 832, setembro 2000.

AMARAL, Azevedo. A Política do Mês. *Novas Diretrizes*. n. 23, ano III. Rio de Janeiro, set. 1940. pp. 3-4.

ANDRADE, Rômulo de Paula; HOCHMAN, Gilberto. O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.257-277, dez. 2007.

BALEEIRO, Aliomar; LIMA SOBRINHO, Barbosa. 1946. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. (Coleção Constituições brasileiras; v. 5). p. 93.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas, SP: Papirus, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 23, jan./jun. 2011.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1 abr. 1991.

CRUZ, Oswaldo Gonçalves; CHAGAS, Carlos; PEIXOTO, Afrânio. Sobre o saneamento da Amazônia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

DEBANÉ, Nicolau José. O Commercio do Café Paulista no Oriente. São Paulo: Typopgraphia Brazil, 1917. (Economia Nacional e Nacionalismo Econômico).

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930: história e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris (dir.) O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3; v. 8). p. 315.

HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. (orgs.). Ciência, Civilização e República nos Trópicos: 1889- 1930. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2010.

JACKSON, JOE. O ladrão do fim do mundo: como um inglês roubou setenta mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAMBERT. Jacques. Os dois Brasis. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: o Brasil como sertão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MAHAR, Dennis J. Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MARAJÓ., Barão de. A Amazônia - As províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brazil. Lisboa: Typographia Minerva, 1883.

MENDES. J. A. A crise amazônica e a borracha. 2ª ed. Manaus: Editora Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2004.

MOREL, Marco. João Cândido: a luta pelos direitos humanos. [s.l.]: ACAN, Petrobrás, Fundação Banco do Brasil, 2008. (Projeto Memória).

NUNES, Osório. Introdução Ao Estudo Da Amazônia Brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1951.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outro ensaios: “pacificação, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, 13(35), Abr. 1999, 167-198.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. Ensaio de Amazônia: representações espaciais da região no ensaísmo brasileiro. Niterói: Eduff, 2016.

PINTO, Nelson Prado Alves. Política da borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal. São Paulo: HUCITEC: Conselho Regional de Economia, 1984.

RENHA, Carlos Eugenio. Entre o abandono e a valorização: rupturas e permanências na representação amazônica e nas políticas federais para a região durante o século XX. 2022. Tese (doutorado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Constituição de 1891. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>  
Acesso em 12/10/2023.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Decreto nº 2.543-A, de 5 de janeiro de 1912. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2543-a-5-janeiro-1912-577797-publicacaooriginal-100726-pl.html>. Acessado em 10/10/2023.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Câmara dos Deputados. Política Econômica: defesa da borracha (1906-1914). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1915. (Documentos parlamentares).

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia,

cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 7 jan. 1953.

ROCHA, Hildon (coord.). Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Coleção Brasil 500 anos).

SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz Editor LTDA, 1980.

SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007.

SEVCENKO, Nicolau. A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SILVA, Francisco Bento da. Acre, a pátria dos proscritos: prisões e destierros para as regiões do Acre em 1904 e 1910. Curitiba, 2010. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

STELLA, Thomas Henrique de Toledo. A integração econômica da Amazônia (1930-1980). Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, 2009.

SUDÉRIO, Marcílio de Oliveira. Experiências em Planejamento Regional no Estado do Amazonas: entre a SPVEA e a SUDAM/SUFRAMA (1953-1985). Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2020. p. 191.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. Perspectiva do Primeiro Plano Quinquenal e Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia. Belém: Setor de Coordenação e Divulgação, 1954. p. 4.

TORRES, Simeia Maria de Souza. Exclusão e incorporação: degredados na Amazônia portuguesa na segunda metade do século XVIII. Revista de História, São Paulo, n. 168, p.131-166, janeiro-junho 2013.

VARGAS, Getúlio Dornelles. 09 de outubro de 1940 - O destino brasileiro do Amazonas - discurso pronunciado no Ideal Club, de Manaus, agradecendo o banquete oferecido pelo interventor e pelas classes conservadoras do estado. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/31.pdf/view>. Acessado em 14/10/2023.

WEINSTEIN, Barbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.